



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA**

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30/04/2018
(Contém folhas)

ATA Nº 11

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 30/04/2018

ATA Nº 11

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 09 de abril de 2018 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - CIM - Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra

- Comparticipação financeira - "Programa Intermunicipal para a Promoção de Emprego, Criação de Empresas e Inclusão Ativa e da Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino"

----- Foi presente um e-mail da CIM - Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, datada de 24 de abril de 2018, a comunicar que no seguimento da aprovação do Orçamento para 2018, ficou deliberado que os valores referentes à preparação do Portugal 2020, designadamente os referentes à operacionalização do Plano da Região de Coimbra, são comparticipados pelos Municípios, para a realização da componente nacional de financiamento em 15% do total da despesa de acordo com o Índice de Coesão Territorial. -----

----- Assim relativamente às despesas realizadas no âmbito do "Programa



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Intermunicipal para a Promoção do Emprego, Criação de Empresas e Inclusão Ativa e da Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino", as mesmas foram consideradas elegíveis através da Candidatura "Assistência Técnica - 2015 e 2016", tendo sido aprovado o seu financiamento em 85%, conforme comprovativo de validação do PP6 cuja cópia se anexa, cabendo ao Município de Pampilhosa da Serra, o valor de 864,65 € (oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos). -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, transferir para a CIM- Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, a importância de 864,65 €, para os efeitos supramencionados. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

2.1.2 – CIM – Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra - Proposta nº 12/2018 – Quotização dos Municípios – Proposta de Contribuição dos Municípios

----- Foi presente uma comunicação da CIM – Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, a remeter a deliberação tomada em Conselho Intermunicipal de 08/03/2018, relativamente ao aumento do valor da quotização anual dos municípios, tendo em conta as atribuições e competências que se concretizam na realização de atividades e ações, sendo necessário acautelar o financiamento dos encargos daí decorrentes, cabendo ao Município de Pampilhosa da Serra, uma quotização anual no valor de 15.477,43 €. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

2.1.3 – Hasta Pública para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, "Bar da Cal", sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia – Abertura de Procedimento - Proposta do Senhor Vice-Presidente

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Vice-Presidente, Jorge Custódio: -

----- Nos termos da alínea g) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (atenta a sua atual redação em vigor), que refere competir à Câmara Municipal "adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG", tenho a honra de propor à Câmara Municipal que, após apreciação, delibere: -----

----- - a abertura de procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, "Bar da Cal", sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, no concelho de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

e condições constantes no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, os quais se anexam à presente para apreciação, propondo-se, outrossim, a sua aprovação; -----

----- - que a base de licitação seja fixada em 200,00 € (duzentos Euros) e os lances mínimos em 50,00 € (cinquenta Euros); -----

----- - que a hasta pública se realize no dia 16 de maio de 2018, pelas 10:00h horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais se propõe que a arrematação em hasta pública seja dirigida por uma Comissão, a quem competirá: prestar esclarecimentos, quando solicitados, antes e durante a hasta pública; dirigir os trabalhos da hasta pública; apreciar e decidir das reclamações apresentadas no ato de hasta pública; adjudicar provisoriamente a cessão de exploração dos equipamentos, objeto do procedimento; emitir o auto de arrematação referente à adjudicação provisória que identificará o adjudicatário provisório e o valor por este pago; proceder à audiência dos interessados, se à mesma houver lugar; apreciar as reclamações e decidir das reclamações em sede de audiência dos interessados; propor à Câmara Municipal a adjudicação definitiva da cessão de exploração dos equipamentos, objeto do presente procedimento, constituída pelos seguintes membros: -----

Efetivos: -----

- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

- Vogal: Felisberto Neves Pinto, Chefe da Divisão Administrativa; -----

- Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior. -----

Suplentes: -----

- Vogal: Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Municipal e Paulo Jorge Duarte Batista Teixeira, Técnico Superior. -----

----- Nos termos do disposto no artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09 (na sua atual redação em vigor), a realização da hasta pública deverá ser publicitada através de Edital a ser afixado nos lugares estabelecidos na Lei, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, nos termos e para os efeitos do artigo 86º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

----- - a abertura de procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, "Bar da Cal", sito junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, no concelho de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos e condições constantes no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos; -----

----- - o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos; -----

----- - a base de licitação de 200,00 € (duzentos Euros) e os lances mínimos em 50,00 € (cinquenta Euros); -----

----- - a realização da hasta pública no dia 16 de maio de 2018, pelas 10:00h



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

2.1.5 – IV Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra Centro da Natureza”

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Vice-Presidente, Jorge Custódio: -
----- Considerando que a Câmara Municipal em 2012, 2014 e 2016 promoveu a realização do I, II e III Concursos de Fotografia “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza” (respetivamente), com o objetivo de divulgação da marca “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza”, das características ímpares das praias fluviais, gastronomia, aldeias do xisto, paisagens e vida do concelho de Pampilhosa da Serra, de aumentar o acervo fotográfico do Município de Pampilhosa da Serra, de incrementar o gosto pela fotografia nos jovens pampilhosenses, de envolver os agentes turísticos privados a operar no território; -----
----- Considerando ser importante a realização do IV Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra Centro da Natureza”, com o objetivo de divulgar a nova marca “Pampilhosa da Serra Centro da Natureza” e das características ímpares do concelho, atentos também os objetivos supra referidos; -----
----- Considerando que a fotografia, ao fixar a realidade no tempo e no espaço, adaptou-se há muito e exemplarmente às novas tecnologias, que vieram ampliar a capacidade criativa dos autores e potenciar a sua característica primordial enquanto elemento divulgador de um determinado território e de uma determinada cultura; ---
----- Considerando que nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do artigo 23º o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (atenta a sua atual redação em vigor), constituem atribuições dos Municípios a promoção da cultura, a proteção do património e a ocupação dos tempos livres; -----
----- Pelo exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, equacione: ---
----- - aprovar a realização do IV Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra Centro da Natureza”, que decorrerá de 3 de maio de 2018 a 3 de maio de 2019, tendo na sua génese a formulação de um convite à fixação de elementos identitários do concelho, destacando-se o Património Paisagístico, o Xisto e a Água, enquanto elementos importantes, marcantes e essenciais dessa identidade; -----
----- - aprovar as Normas de Participação inerentes ao mesmo (anexas), que estabelecem a respetiva tramitação, as correspondentes temáticas, os critérios de participação e atribuição de prémios, as características do material a concurso, prazos, composição e competência do Júri, atenta também a Informação de Cabimento emitida pela Divisão Financeira. -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a realização do IV Concurso de Fotografia “Pampilhosa da



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Serra Centro da Natureza", bem como as Normas de Participação inerentes ao mesmo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

3 – DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 – Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 27 de abril de 2018, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.732.641,84 € (um milhão setecentos e trinta e dois mil seiscentos e quarenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 195.503,13 € (cento e noventa e cinco mil quinhentos e três euros e treze cêntimos), num total de 1.938.090,63 € (um milhão novecentos e trinta e oito mil e noventa euros e sessenta e três cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 – TAXAS E LICENÇAS

4.1.1 – Alteração do dia da Feira / Mercado

----- Foi presente uma Informação do Serviço de Taxas e Licenças, a informar que no próximo dia 31 de maio de dois mil e dezoito, é Feriado Nacional (Dia de Corpo de Deus), e que, coincidindo com a realização do Mercado / Feira em Pampilhosa da Serra, há necessidade de alterar este acontecimento. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, que a Feira / Mercado de Pampilhosa da Serra se realize no dia 30 de maio do corrente ano. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.1.2 – Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra - Pedido de autorização para o evento "Prova de Multiatividades de Ar Livre – 11 de maio de 2018"



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um e-mail do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, a dar conhecimento que pretende dinamizar uma Prova de Multiatividades ao Ar Livre (Aventura e Orientação), no âmbito do Campeonato Distrital do Desporto Escolar, entre as 9h e as 16h, do dia 11 de maio de 2018, para o qual solicita autorização que o mesmo decorra em locais públicos, de acordo com o croqui em anexo, tendo já solicitado parecer à Guarda Nacional Republicana para o efeito. -----

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Taxas e Licenças sobre o pedido formulado, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, e na qual descreve os valores das taxas. -----

----- Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença – 36,03 €; -----

----- Licença de Utilização de Vias Públicas Municipais afetadas ao trânsito de veículos – 11,28 €; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar o Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra do pagamento de taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.1.3 – Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra - Pedido de isenção do pagamento de taxas para o evento “Festa Anual em Honra de Santo António, de 15 a 17 de junho de 2018”

----- Foi presente um requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção do pagamento de taxas respeitante ao licenciamento da Festa Anual em Honra de Santo António, a realizar de 15 a 17 de junho de 2018.

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Taxas e Licenças sobre o pedido formulado, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, e na qual descreve os valores das taxas a isentar: -----

----- - Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença – 41,17 € -----

----- - Licença de ruído – 11,28 €. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.1.4 – Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra – Ratificação de Despacho do Senhor Presidente, relativamente a isenção de taxas concedida para eventos religiosos da Semana Santa (dias 25, 29 e 30 de março e 1 de abril de 2018)

----- Foi presente uma informação da Secção de Taxas e Licenças, do seguinte teor:

----- “No seguimento do pedido formulado pela Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra a este Município, informa-se que por Despacho do Senhor Presidente e de acordo com o Decreto-Lei nº 406/74 de 29 de agosto, do nº 1 do artº 2º e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

seguintes, o município classifica esta atividade como sendo uma manifestação religiosa já com muitos anos e com uma grande tradição, pelo que, submete-se à consideração superior a referida classificação e ratificação.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS

4.2.1 – Protocolo com Autoridade Tributária e Aduaneira – acesso a informação referente a dados constantes da matriz predial

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, por ofício Circ 36/2018-PB, veio informar este Município da subscrição de uma Declaração Conjunta, entre a ANMP e o Governo, na qual acordaram o texto do Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e os Municípios. ----

----- Tal Protocolo visa estabelecer uma cooperação institucional entre os Municípios (no âmbito das suas competências de fiscalização do cumprimento das obrigações de gestão de combustível e instrução de processos de contraordenações oriundas dessas obrigações) e a Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de identificação e notificação dos proprietários ou detentores de imóveis, por forma a permitir o acesso aos dados fiscais relativos aos prédios, incluindo a identificação dos proprietários e respetivo domicílio fiscal. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o referido Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Município de Pampilhosa da Serra, que tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que a AT faculta ao Município, no âmbito do disposto no artigo 37º -A do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, informação referente aos dados constantes da matriz predial relativos aos prédios, incluindo a identificação dos proprietários e respetivo domicílio fiscal, para efeitos de identificação e notificação dos proprietários ou detentores de imóveis. -----

----- Mais foi deliberado conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2.2 – Afetação ao Domínio Público Municipal do artigo rústico inscrito na matriz predial da Freguesia de Portela do Fojo – Machio sob o nº 2637



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----
----- "Na sequência do ofício rececionado neste Município em 14/03/2018 (reg. 4014), subscrito pelo Sr. Manuel Freire, contribuinte fiscal nº 115.821.090, residente na Rua dos Chães, Vivenda Pires Freire, Cabra Figa, em Rio de Mouro, bem como, a informação interna nº 1976 datada de 13/04/2018, emitida pelo serviço de fiscalização, a qual refere que em deslocação ao local com o requerente, foi apurado que efetivamente com a abertura da estrada entre a Maria Gomes e a Travessa, foi ocupada a totalidade do prédio rústico em causa, cumpre a estes serviços informar que:-----

----- **Considerando que as estradas e os caminhos municipais pertencem ao domínio de circulação das autarquias locais e, portanto, ao domínio público do Município, tendo em conta que o artigo rústico supra identificado foi ocupado na sua íntegra pela passagem da estrada entre Maria Gomes e a Travessa, considera-se que o mesmo passou a integrar o domínio público municipal.**-----

----- Assim, com vista à regularização de tal situação, junto das entidades competentes, sugere-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, atentas as alterações subsequentes em vigor), proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 25º, do diploma supra referido."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 25º, do diploma supra referido.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2.3 – Proposta de adjudicação definitiva da cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, do Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo, sites junto da praia fluvial de Janeiro de Baixo e minuta de contrato de cessão de exploração para análise e aprovação

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- "Tendo em conta que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra deliberou, em reunião ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2018, a abertura de procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Apoio de Praia e Polidesportivo (supra) tendo em conta o disposto no Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, aprovados para o efeito;-----

----- Decorridos que foram os trâmites inerentes ao referido procedimento, os



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

elementos da Comissão designada para o efeito, por julgarem estar cumpridas as disposições constantes do Programa de Procedimento que o permitem, conforme fundamentação constante da ata nº 2 que se anexa e nos termos do número 3 da Cláusula 13ª do Programa de Procedimento entenderam, por unanimidade, submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, na sua próxima reunião, a proposta de adjudicação definitiva da cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Apoio de Praia e Polidesportivo, sitos em Janeiro de Baixo, Pampilhosa da Serra **à sociedade por quotas com a firma Cenários de Cor, Lda, NIPC 508106885 e sede em Estrada Nacional 238, Alverca, 6160-303 Oleiros.** -----

----- Nesta sequência, **remete-se também para análise e aprovação a minuta do contrato de cessão de exploração (anexa)** para que, seguidamente, a mesma seja remetida à sociedade adjudicatária, nos termos da Cláusula 17ª do Programa de Procedimento. -----

----- Mais se sugere que, inexistindo reclamações da minuta do contrato, o mesmo seja celebrado logo que seja comprovada a prestação da caução, a que alude a Cláusula 15ª do Programa de Procedimento e no prazo máximo de 20 dias úteis a contar da notificação da adjudicação definitiva e do envio da referida minuta. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

----- - a adjudicação definitiva da cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, do Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo, seja feita a Cenários de Cor, Lda., com o NIF/NIPC 508.106.885; -----

----- - a minuta do contrato de cessão de exploração e respetivos anexos, concedendo poderes ao Senhor Presidente para assinar; -----

----- - estabelecer o prazo máximo de 20 dias úteis, a contar da notificação da adjudicação definitiva e envio da minuta do contrato, para comprovar a prestação da caução e proceder à assinatura do contrato. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2.4 – Protocolo de Colaboração – 10º Encontro do Grupo Motard Zangões do Asfalto

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Na sequência do e-mail remetido pelo Grupo Motard Zangões do Asfalto, com registo de entrada nº 4256, de 19 de março de 2018, a solicitar apoio financeiro, pelo valor de € 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta euros) destinado a participar a realização do 10º Encontro Motard nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2018, em Casal da Lapa, concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, em cumprimento das orientações de V.Exª e do Despacho proferido em 03/04/2018 ao Gabinete Jurídico, bem como à Divisão Financeira em 09/04/2018 para cabimentação, anexada à presente, pelo valor de € 7.750,00, submete-se à



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

apreciação de V.Exª a minuta de Protocolo de Colaboração, com vista à atribuição de apoio financeiro, destinado a compartilhar o 10º Encontro Motard, em Casal da Lapa, pelo Grupo Motard Zangões do Asfalto.” -----

----- Face ao exposto e após análise do conteúdo da minuta de Protocolo de Colaboração em apreço, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2.5 – Protocolo de Colaboração com o Grupo de Concertinas de Machio – Pampilhosa da Serra – 6º Encontro de Concertinas em Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “Na sequência do ofício com registo de entrada nº 4756, de 02/04/2018, remetido pelo Grupo de Concertinas de Machio – Pampilhosa da Serra (GCMPS), a solicitar apoio, colaboração e a atribuição de um subsídio, destinado a compartilhar a realização do 6º Encontro de Concertinas em Pampilhosa da Serra, no dia 21 de julho de 2018. -----

----- Assim, em cumprimento das orientações de V.Exª e do Despacho proferido em 02 de abril de 2018 à Divisão Financeira, é anexada à presente a cabimentação pelo valor de € 2.000,00 (dois mil euros) e submete-se à apreciação de V.Exª a minuta de Protocolo, com vista a atribuição de apoio financeiro, destinado a compartilhar o 6º Encontro de Concertinas em Pampilhosa da Serra. -----

----- Face ao exposto e após análise do conteúdo da minuta de Protocolo de Colaboração em apreço, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

5 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1.1 – Pedido de Estágio / Formação prática em contexto de trabalho – Curso Técnico Profissional em Produção Agrícola

----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do pedido efetuado pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior Agrária, para a realização de um estágio / formação prática em contexto de trabalho, no Município de Pampilhosa da Serra, cabe-me informar: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- - O aluno proposto para estágio faz parte da equipa dos GIPS – Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, sediada no CMA de Pampilhosa da Serra: Augusto José Silva Lourenço; -----

----- - O aluno frequenta o 2º ano do Curso Técnico Superior Profissional em Produção Agrícola. O tema do estágio desenvolve-se à volta de um estudo na área técnico florestal e topografia; -----

----- - O estágio terá a duração de 819 horas (7h/dia). O aluno é trabalhador estudante, pelo que, os dias de estágio serão programados semana a semana; -----

----- - O Município estará isento de quaisquer despesas de remuneração, deslocação, alimentação e seguro; -----

----- - Será necessário, caso seja aceite o pedido de colaboração, indicar um coordenador para orientar e supervisionar as atividades a desenvolver pelo aluno. Neste sentido, sugiro como coorientadora a Engª Anabela Martins, Técnica Superior do Município. -----

----- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a realização no Município, do estágio proposto.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

5.2 – TURISMO

5.2.1 – Feira Internacional de Artesanato

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “ O Município de Pampilhosa da Serra, conhecedor da importância de definir um plano de afirmação e diferenciação turística, implementou em 2018, uma estratégia de marketing que se encontra associado a um plano de identidade e marketing do território, para colmatar os incidentes de outubro de 2017. -----

----- O plano estratégico propõe desenvolver os elementos de identidade do território a fim de consensualizar os principais meios de posicionamento comunicacionais e promocionais. -----

----- Este plano valida estruturar a oferta do território, definindo imagens e conteúdos que conduzam as ações e iniciativas de comunicação e promoção do concelho. -----

----- Decorrente desta estratégia, o gabinete de turismo envia à consideração superior, a proposta da presença do Município de Pampilhosa da Serra na Feira Internacional de Artesanato de 2018.-----

----- A participação é essencial à promoção e captação de turistas e visitantes; serão promovidos através de ações estruturadas atividades identitárias de Pampilhosa da Serra durante o período da feira, com o acompanhamento dos artesãos do concelho na mostra do seu artesanato. -----

----- Informamos que os valores de participação serão pagos à entidade, Lisboa



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Feiras Congressos e Eventos – Fce/Associação Empresarial, e serão os seguintes: ---
 ----- - Stand de 4 frentes, com uma área total de 108 m² - 10.179,00 €; -----
 ----- - Valor do IVA à taxa legal em vigor de 23% - 2.341,17 €; -----
 ----- - Valor total a pagar: 12.520,17 €. -----
 ----- Informamos ainda que a feira decorre de 23 de junho a 1 de julho do corrente ano. -----
 ----- À consideração superior.” -----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

6 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 – OBRAS PARTICULARES

6.1.1 – Restituição de valor referente a despesas de processo de contraordenação, por duplicação de valor transferido - Arguida: Maria Preciosa Barata Alves Fernandes – Padrões

----- Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos Urbanismo, do seguinte teor: -----
 ----- " De acordo com o Despacho da Exma. Autoridade Administrativa emitido em 30/03/2017, foi instaurado processo de contraordenação à arguida Senhora Maria Preciosa Barata Alves Fernandes, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Auzinda de Jesus, por terem sido realizadas obras de alteração e ampliação de moradia unifamiliar sita na localidade de Padrões, da freguesia de Portela do Fojo – Machio e concelho de Pampilhosa da serra, sem licenciamento municipal, em imóvel inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo matricial nº 1222. -----
 ----- O processo, teve o devido prosseguimento, tendo a arguida cumprido com o imposto por notificações realizadas, mediante a instrução de processo de licenciamento, com apresentação de projeto de arquitetura e especialidades, que deu origem ao processo nº 01/2017/16 e na presente data possui o Alvará de Licenciamento de Obras de Alteração e Ampliação nº 2018/7, emitido em 11/03/2018. -----
 ----- Nesta sequência foi determinada a aplicação de uma admoestação, por decisão proferida em 15/03/2018 e da qual resultou a aplicação de despesas de processo no valor de 25,69 € (vinte e cinco euros e sessenta e nove cêntimos), conforme conta anexa e guia de receita nº 177 de 19/04/2018. -----
 ----- Foi no entanto verificado que por lapso a arguida transferiu o valor de 51,38 € (cinquenta e um euros e trinta e oito cêntimos) ou seja, o dobro do valor aplicado como despesas de processo. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Verifica-se assim que o valor transferido pela arguida, excede em 25,69 € (vinte e cinco euros e sessenta e nove cêntimos) pelo que se propõe a restituição da importância excedente. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7 – DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

7.1 – Agrupamento de Escolas de Arganil – Pedido de Estágios - Curso Profissional “Técnico de Multimédia” – 12º ano

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento do pedido efetuado pelo Agrupamento de Escolas de Arganil, para realização de dois estágios profissionais (formação em contexto de trabalho), no Município de Pampilhosa da Serra, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- 1 – Os alunos propostos para estágio são Ruben Marcos Gonçalves Simões e Daniela Alexandra Oliveira Ferreira; -----

----- 2 – Os alunos frequentam o 12º ano do Curso de "Técnico de Multimédia"; ---

----- 3 – Os estágios têm uma duração de 300 horas e decorrerão de 07/05/2018 a 06/07/2018; -----

----- 4 – A duração diária do estágio será de sete horas, de acordo com o seguinte horário: Manhã: das 09:00 às 12:30 e Tarde: das 14:00 às 17:30; -----

----- 5 – O Município estará isento de quaisquer despesas de remuneração, deslocação, alimentação e seguro; -----

----- 6 – Tendo em conta a área curricular dos estágios, propõe-se que a sua orientação seja assegurada pelo Dr. Nuno Bandeira. -----

----- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a realização no Município dos dois estágios propostos." -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.2 – Escola Tecnológica e Profissional da Sertã – Pedido de Estágio - 12º ano do Curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural - Fábio André Gil Custódio

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- "No seguimento do pedido efetuado pela Escola Tecnológica e Profissional da Sertã, para realização de um estágio profissional (formação em contexto de trabalho), no Município de Pampilhosa da Serra, cumpre-me informar o seguinte:-----

----- 1- O aluno proposto para estágio, **Fábio André Gil Custódio**, é oriundo do Concelho de Pampilhosa da Serra;-----

----- 2- O aluno frequenta o 12º ano do Curso de "Técnico de Turismo Ambiental e Rural";-----

----- 3- O estágio terá a duração de quarenta (40) dias - intermédio, a iniciar em 21/05/2018 e a terminar em 13/07/2018;-----

----- 4- A duração diária do estágio será de sete horas, de acordo com o seguinte horário: Manhã: das 09:00 às 12:30 - Tarde: das 14:00 às 17:30;-----

----- 5- O estágio tem como objetivos gerais:-----

----- a) Proceder ao levantamento de recursos e potencialidades turísticas locais e regionais;-----

----- b) Colaborar na divulgação da oferta turística local e regional;-----

----- c) Participar na divulgação do património turístico local e regional, contribuindo para o desenvolvimento de marcas e de produtos da região;-----

----- d) Criar formas de promoção e de animação de espaços naturais e zonas rurais;-----

----- e) Participar na sensibilização e incentivar os turistas à preservação ambiental e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações;-----

----- f) Organizar e dinamizar atividades de animação turística, nomeadamente com atividades de turismo de natureza;-----

----- g) Colaborar na gestão e dinamização das empresas e unidades de Turismo.---

----- 6- O Município estará isento de quaisquer despesas de remuneração, deslocação, alimentação e seguro;-----

----- 7- De acordo com os objetivos e com a área curricular do estágio, o local de realização proposto é o Gabinete de Turismo do Município, sob orientação da Eng.^a Sandra Custódio.-----

----- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a realização no Município do referido estágio."-----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

III – PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Senhor Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, e por mim, João Manuel Almeida Neves, Adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal, que a subscrevi. -----




